



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

CURRÍCULO, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS¹

Anna Rosa Fontella Santiago², Elisa Mainardi³, Jane Teresinha Donini Rodrigues⁴.

¹ Grupo de Estudos do Doutorado em Educação nas Ciências

² co autoras:

Elisa Mainardi

Jane Teresinha Donini Rodrigues

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências

Resumo:

O presente texto apresenta um breve ensaio teórico acerca das concepções e objetivos que agregam as pesquisas sobre currículo, inclusão, educação e direitos humanos na linha de pesquisa Educação Popular em Movimentos e Instituições Sociais do Programa de Pós-Graduação em Educação nas ciências da UNIJUI. Apresenta uma concepção de currículo como dinâmica de desenvolvimento da educação escolar, na qual estão em permanente interação com os conhecimentos da ciência elaborada eleitos como conteúdos do ensino, os saberes e significados culturais, as intencionalidades políticas e as ideologias expressas ou ocultas nos materiais e atividades pedagógicas. Nessa perspectiva, a complexidade do campo curricular requer da pesquisa educacional múltiplos olhares sobre o currículo em desenvolvimento nas escolas, justificando a teia de discussões e reflexões que os interesses investigativos particulares podem tecer e, ao mesmo tempo, ampliando a contribuição para o efetivo desenvolvimento da educação popular no âmbito da escola.

Palavras chaves – Currículo, inclusão, direitos humanos, educação, pesquisa.

Introdução

Desde a sua instituição como espaço destinado ao desenvolvimento humano e social, no projeto da Modernidade, a escola abriga a esperança de uma sociedade mais justa, participativa e sem exclusão, assentados nos princípios liberais de prosperidade e igualdade entre os homens. Todavia, vivemos tempos em que se denuncia, não apenas o fracasso das pretensões modernas de emancipação social por meio do desenvolvimento científico e tecnológico, mas também a incapacidade da escola para dar conta da educação, tal como desde a antiguidade foi entendida: como formação integral do humano em dimensão individual e coletiva, pela inserção das novas gerações na cultura, pela apropriação e produção de conhecimentos, pelo desenvolvimento ético nas relações sociais e na aplicação da ciência. Contudo, mesmo sendo alvo de denúncias e palco de insatisfações, não se cogita sobre a possibilidade de substituição da escola como parceira da família na educação de crianças e jovens, ou mesmo como lugar responsável pela instrução. O que se deseja é a sua qualificação pela ressignificação do currículo em âmbitos teóricos e práticos, esforços que são feitos por





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

educadores do mundo todo, nos últimos anos, e cujos resultados são expressos na abundante divulgação de pesquisas, nas propostas curriculares, em projetos pedagógicos e nas discussões acerca das políticas públicas de educação em países que, como o Brasil, ainda precisam consolidar a democrática promessa de educação para todos.

É nessa linha de reflexão que se articula um grupo de estudos da Linha de Pesquisa “Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais” no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI, cujas experiências em escolas regulares e espaços “especiais”, seja nas próprias escolas, seja em instituições especializadas, tem mostrado a necessidade de discussões e reflexões teóricas consistentes acerca da questão da inclusão e dos direitos humanos.

A partir da especificidade temática de cada pesquisa particular o grupo pretende tecer compreensões acerca das possibilidades e limites da escola considerando a complexa teia de relações sociais, políticas, ideológicas e epistemológicas presentes no desenvolvimento curricular. Neste ensaio teórico, a partir das pesquisas em desenvolvimento, as autoras colocam em discussão as temáticas da inclusão e dos direitos humanos, entendidos como duas vias complementares quando se pretende fazer do currículo escolar um caminho que leve à emancipação, ao exercício da cidadania e à equidade social.

Educação e cidadania: uma construção a partir da dinâmica curricular

Começamos por definir o entendimento de currículo, no qual se situa as pesquisas. Estamos tomando o conceito de currículo como um campo alargado no qual se enredam, na construção de aprendizagem, não apenas o que se desenha nos documentos oficiais, mas também as interações culturais das práticas cotidianas, os saberes, as normas, as informações, as crenças e os valores que se põem em ação nos processos pedagógicos.

Nessa compreensão ampliada, que se coloca como pano de fundo na compreensão da educação escolar, cada pesquisador ou pesquisadora, focalizando seu objeto específico de investigação, procura enxergar o currículo “real” - no qual estão em interação, além dos objetivos e intensões registradas em planos e documentos, também as experiências e ideologias que se ocultam nas atividades, nos materiais e nas relações intersubjetivas da “cultura vivida” no cotidiano.

Colocamo-nos, assim, na perspectiva assumida por Sacristán (1995), ao reconhecer que o conceito de currículo tem acepções que cobrem realidades diferenciadas, as quais se projetam na forma de analisar e conceber as práticas, bem como nas estratégias e políticas assumidas para promover mudanças. Desse modo,

Currículo não é agora a declaração de áreas e temas – seja ela feita pela administração ou pelos professores -, mas a soma de todo tipo de aprendizagens e de ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados (Sacristán, 1995. p. 86).



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

Nessa perspectiva é que pensamos o currículo em ação e os compromissos políticos da educação escolarizada, a partir dos diversos ângulos e temáticas assumidas pelas investigações particulares.

No Brasil, assim como em todos os países que historicamente ocuparam lugar periférico no bloco capitalista, as promessas da modernidade não se cumpriram ainda, seja em relação ao direito à educação, seja no que tange ao respeito às diferenças e à inclusão social. Daí porque, pensar educação hoje implica estar consciente dos processos que estão colados à ação do educar, e educar a todos. É perseguir as promessas de “uma educação para todos por toda a vida”, ou a promessa de “ensinar tudo a todos”. Assim, é imprescindível que a ação pedagógica seja capaz de compreender, de uma forma completa, os fenômenos sociais e os sujeitos, nos aspectos culturais, econômicos, afetivos, intelectuais, dentre outros. Talvez seja este o desafio maior dos/as professores/as do ensino comum, que, desde muito (ou desde sempre), estiveram distanciados ou desresponsabilizados (cultural e socialmente) da educação daqueles ditos “especiais”.

Estamos na travessia de um momento, saímos da zona de conforto e somos convocados a arriscar, a apoiar-nos em outros pilares que, mesmo instáveis, nos convidam a romper com os mecanismos de exclusão, tão fortemente estabelecidos no território social “moderno”. Momento de revisão, ressignificação e reestruturação; de inversão, de quebra dos muros que, com perversidade ou sutileza, separam mundos, polarizando bem/mal, bom/ruim, certo/errado, aceitável/ não aceitável, deficiente/não deficiente e tantos outros binômios que demarcam territórios de pertencimentos definidos pelas relações de poder na sociedade. Na concepção ampliada de currículo e também de inclusão, tal como esta é definida nas políticas públicas de educação, as práticas inclusivas se voltam à promoção de uma educação de qualidade para todos os alunos e isso sinaliza os avanços que temos conquistado em termos de conhecimento e de lutas sociais. É também nessa direção que se anuncia a escola como um espaço de referência na construção da cidadania. Nessa perspectiva, entendemos que uma das formas de promover cidadania na atualidade é desenvolver uma educação ancorada no respeito e na realização dos direitos humanos.

Isso requer uma formação docente qualificada, que não se restringe apenas ao domínio dos princípios, dos conceitos ou das diretrizes gerais da educação em direitos humanos. Não basta, também, o domínio de certas técnicas pedagógicas ou a implementação de práticas eventuais de sensibilização para os problemas de violência, exploração e desrespeito dos direitos de indivíduos e grupos. Bem mais do que isso, a educação em direitos humanos requer um repertório de saberes que nos permita compreender a realidade discriminadora e preconceituosa da atual sociedade e deve possibilitar uma ação pedagógica voltada para a formação de uma cultura de justiça, paz e solidariedade.

Muito além de oportunizar o conhecimento dos direitos individuais e sociais, a educação em direitos humanos há de promover uma cultura renovada, uma formação autônoma, capaz de enfrentar os preconceitos e as visões discriminadoras que a cultura autoritária, constantemente reforçada pela indústria cultural, impõe a nossa sociedade.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

Em um contexto social marcado pelo preconceito, pela exclusão, desigualdade social e muitas resistências em relação às mudanças curriculares, e à inclusão dos diferentes, o desafio é trazer a discussão alguns fatores que se apresentam como limitadores da ação educativa voltada à construção de uma cultura em direitos humanos que, em consequência, naturalize a inclusão dos diferentes e aponte possíveis alternativas para uma educação emancipatória.

Resultados:

Embora considerando precoce anunciar resultados, desde que os projetos de pesquisa estão ainda em desenvolvimento, algumas conclusões podem ser anunciadas como fruto das discussões e reflexões do grupo, tais como:

1. A educação é uma atividade pública concebida, desde o projeto de desenvolvimento social da modernidade, como um direito de todos, nessa perspectiva o currículo escolar assume um caráter político comprometido com o desenvolvimento humano e com a construção de valores sociais.
2. As políticas de inclusão, discutidas no Brasil desde a década de 1990, não lograram um entendimento de educação como direito humano e, portanto, de todos. Isto é, o conceito tradicional de Educação Especial como atendimento e ensino dos sujeitos com deficiências - "ajeitados" em lugar "próprio", exclusivo para crianças, adolescentes e adultos com deficiências, segregados e sob a tutela de instituições destinadas a esse fim - tem prevalecido nas discussões sobre currículo inclusivo.
3. As instituições de ensino, sejam elas regulares ou especiais, são hoje, convocadas a revisar seus currículos, seu significado e função social, numa perspectiva humanista de respeito e acolhimento às diferenças para, assim, fazerem-se parceiras na construção da cidadania.
4. A ideia de uma escola para todos, mesmo parecendo (ou sendo) utópica, está presente nas políticas públicas de educação que convocam a transformação curricular. Os investimentos são nessa direção e, sem apologias à inclusão, podemos afirmar que é uma questão de justiça social uma vez que, recorrendo à história, podemos afirmar que a escola nunca foi para todos, embora instituída como um direito de cidadania.
5. A educação inclusiva, vista numa perspectiva de direitos humanos, requer que a pesquisa educacional e a produção de conhecimento sobre currículo, ancorados, hoje, em paradigmas que consideram as diferenças, as desigualdades e as questões culturais, sejam amplamente divulgadas e assumidas pelas políticas públicas de educação como elementos balizadores da qualidade em educação.

Referências:

SACRISTÁN, J Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In SILVA, T.T. & MOREIRA, A. F. (Orgs) Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. P. 82 a 113.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

SANTOS, M. P. Revisitando a Inclusão sob a Ótica da Globalização: duas leituras e várias conseqüências. In Silva L. H (org.) A Escola Cidadã no Contexto da Globalização. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1998.

SILVA, L. H. (ORG.) Século XXI: Qual Conhecimento? Qual Currículo? Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.